

IDEIAS POTENTES PARA PENSAR A EDUCAÇÃO A PARTIR DE MICHAEL YOUNG

IDEAS TO THINK ABOUT EDUCATION FROM MICHAEL YOUNG

Ana Paula Kappke¹, José Pedro Boufleuer²

Resumo

O presente trabalho teve como finalidade conhecer o pensamento do sociólogo e educador Michael Young e refletir sobre como as concepções defendidas por esse autor podem ser valiosas para pensarmos a educação. Através da investigação bibliográfica dos artigos do sociólogo publicados em revistas brasileiras foi possível assumir certas compreensões como a de que o papel primordial da escola é o desenvolvimento intelectual dos estudantes, por meio do conhecimento poderoso, ou seja, o conhecimento especializado e que não está disponível em outros espaços. Para que a escola consiga de fato ter sucesso em capacitar os alunos a adquirir conhecimento poderoso ela precisa contar com um currículo que seja um guia para as escolas e professores ensinarem o conhecimento poderoso e não um instrumento para despertar o interesse de aprender por alunos desmotivados, ou baseado em um ensino destinado para uma futura empregabilidade, como defendem algumas políticas educacionais, educadores e pesquisadores em educação. Para não confundirmos o que é papel do currículo se faz necessário compreendermos a distinção entre currículo e pedagogia. O trabalho ainda propõe que as disciplinas são a melhor forma de ensinar e de adquirir conhecimento poderoso. Por fim, esse direito à educação e ao conhecimento poderoso não deve ser apenas privilégio de alguns, mas antes um direito de todos, independentemente de suas origens sociais, econômicas e étnicas, das questões de gênero ou da escola que frequentam.

Palavras-chave: Escola; Conhecimento Poderoso; Currículo; Michael Young

Abstract

The present work had as purpose to know the thought of the sociologist and educator Michael Young and to reflect on how the conceptions defended by this author can be valuable to think the education. Through the bibliographical research of the sociologist's

¹ Aluna do Curso de Pedagogia da UNIJUI e Bolsista de Iniciação Científica PROBIC/FAPERGS, no período de fevereiro/2017 a fevereiro 2018. E-mail: ana.paula.kappke@gmail.com

² Doutor em Educação e Professor do Departamento de Humanidades e Educação da UNIJUI. E-mail: jospebou@unijui.edu.br

articles published in Brazilian journals it was possible to assume certain understandings such as that the primary role of the school is the intellectual development of the students through powerful knowledge, that is, specialized knowledge and that is not available in other spaces. In order for the school to succeed in empowering students to acquire powerful knowledge, it needs to have a curriculum that is a guide for schools and teachers to teach powerful knowledge and not an instrument to arouse the interest of learning by unmotivated students, Or based on a teaching destined for future employability, as some education policies, educators and researchers in education defend. In order not to confuse the role of the curriculum, it is necessary to understand the distinction between curriculum and pedagogy. The work further proposes that disciplines are the best way to teach and acquire powerful knowledge. Lastly, this right to education and powerful knowledge should not only be the privilege of some, but rather a right of everyone, irrespective of their social, economic and ethnic origins, gender issues or the school they attend.

Keywords: School; Powerful Knowledge; Curriculum; Michael Young

Introdução

Esta pesquisa nasceu da necessidade de uma maior compreensão acerca da especificidade da educação escolar. Reconhecendo o fato de que a escola vem ao longo do tempo perdendo a sua especificidade, resultado da assunção de funções que não lhe são próprias, principalmente através de uma instrumentalização da mesma, de uma demasiada ênfase em motivar os estudantes e mesmo numa descrença no papel do conhecimento, acreditamos ser de extrema importância resgatar um possível sentido seu mais próprio.

Busca-se aqui, portanto, recuperar o propósito da educação escolar a partir da perspectiva do sociólogo inglês Michael Young. Sendo assim, os objetivos que orientam esse trabalho são: esclarecer o que é específico do trabalho da escola na perspectiva de Michael Young; destacar algumas ideias que o autor defende como indispensáveis para que a escola consiga assumir sua função precípua.

Metodologia

A pesquisa teve como percurso metodológico a investigação bibliográfica dos artigos do sociólogo inglês Michael Young publicados em revistas brasileiras. Através da leitura e da reflexão foi possível conhecer e compreender as ideias do autor, bem como assumir certas compreensões acerca do papel da escola. A escrita, como consumação da pesquisa, nos permitiu demonstrar os entendimentos acerca dos assuntos tratados por Michael Young em seus artigos.

Resultado e discussão

Faz parte de nós seres humanos, e é próprio de nossa condição, o ensinar e o aprender. A partir do momento que nos constituímos uma espécie inventiva, criativa e inacabada, a educação se torna uma necessidade, para que nossas ações, modos de ser e interagir pudessem ser mantidos e renovados. A educação, ou a ação de educar, sempre esteve presente na vida humana sobre as mais variadas formas, compreendendo os mais diversos conteúdos de ensino.

Em posse da capacidade que o próprio ser humano desenvolveu de mudar seus padrões de interação com o meio e com os outros, de produzir conhecimentos, o legado humano vem se tornando cada vez maior, mais complexo. A educação não mais se restringe apenas ao aprendizado de determinado modo de vida, ao aprendizado de determinadas técnicas, etc., mas também desenvolvemos a ciência como uma forma objetiva e confiável de compreendemos determinados aspectos no mundo natural e social.

Como consequência desse desenvolvimento e da necessidade de novas aprendizagens surge à escola. Já presente na antiguidade, mesmo como espaço para uma determinada minoria, a escola foi se configurando como um espaço e tempo com as características com as quais hoje a conhecemos. Se olharmos para a história da educação poderemos perceber que as escolas emergiram nas mais diversas sociedades, o que nos leva a concluir que sua invenção surgiu de uma necessidade humana.

Entretanto desde sua invenção, a escola tem se constituído em um espaço carregado de tensões relativas ao seu propósito, conteúdos, formas de organização, modelos de ensino e aprendizagem, entre outras. Historicamente diversos grupos se utilizaram dela com o objetivo de submetê-la a seus interesses.

Atualmente podemos dizer que a escola ou mais especificamente sua especificidade vem passando por uma crise. Essa crise é resultado de uma falta de um entendimento do que seja realmente o propósito da educação escolar, o motivo pelo qual ela existe e se faz indispensável.

Com efeito, o problema educação já não pode ser reduzido simplesmente ao fracasso de um punhado de alunos, por mais numerosos que sejam nem ao fato de a escola não cumprir devidamente as missões claras que a comunidade lhe

recomenda, mas tem um perfil anterior e mais abominável: a imprecisão ou a contradição dessas demandas (SAVATER, 1998, p.18).

Frente a essa situação, e se quisermos algumas respostas acerca da especificidade da escola, podemos recorrer ao sociólogo e educador inglês Michael Young. Esse autor tem oferecido uma grande contribuição para pensarmos na especificidade da educação escolar, e em outras questões educacionais, como o papel do currículo, a importância da distinção entre o currículo e pedagogia, o caráter das próprias disciplinas, o direito de acesso a todos ao conhecimento, etc.

Para Michael Young, o papel ou propósito da escola esta em oferecer ou possibilitar a aquisição do conhecimento poderoso. Para entendermos o que significa o termo conhecimento poderoso precisamos compreender a mudança de perspectiva adotada por Young que faz com que ele mude o foco de análise, passando do conceito de “conhecimento dos poderosos” para o conceito de “conhecimento poderoso”.

Ligado à sociologia da educação e ao movimento da nova sociologia da educação na Inglaterra na década de 1970, Young e demais sociólogos e educadores, desenvolveram o termo conhecimento dos poderosos como uma crítica que faziam em relação ao papel da escola e do próprio conhecimento contido no currículo. Assim, para esses teóricos os conhecimentos contidos no currículo eram decididos por pessoas ou grupos com maior poder e baseados nos seus interesses. Como consequência, certos conhecimentos eram legitimados, enquanto outros eram excluídos, com o que a escola acabava por reproduzir as classes sociais e outras desigualdades.

A crítica então feita por Michael Young era de que o currículo deveria ser mudado, defendendo que os grupos que não possuíssem poder deveriam escolher seu próprio currículo de acordo com seus interesses.

A força de tal visão era afirmar que o currículo era uma expressão das relações desiguais de poder que estão sempre envolvidas nas decisões curriculares, assim como em todos os demais aspectos da educação. Entretanto com o seu foco no poder e em quem decide tudo o que essa perspectiva aponta é a necessidade de mudar os grupos que tomam as decisões (YOUNG, 2016, p. 32).

Com o passar dos anos, Young assume uma nova perspectiva e o conceito de conhecimento poderoso é construído em contraposição ao conceito de conhecimentos dos poderosos. Young o desenvolveu a partir da compreensão de que, apesar de existirem conhecimentos que são definidos pelos grupos de maior poder na sociedade (pessoas poderosas) com vistas a servir aos seus interesses, o conhecimento escolar não é apenas um instrumento de poder sobre algo ou alguém, visto que ele pode ser um instrumento de poder para quem a ele tem acesso. Um poder não para ser exercido sobre alguém, mas como sendo poderoso para a vida de quem a ele tem acesso. Dai a razão de ele ser caracterizado como poderoso.

Segundo Young, o conhecimento poderoso é o conhecimento especializado e teórico, ou seja, o conhecimento derivado das áreas ou campos do conhecimento. Trata-se de um conhecimento que Young define como independente de contexto.

Em seus escritos, principalmente no texto “Para que servem as Escolas?”, o autor faz um movimento de situar a escola como uma instituição que tem como propósito específico promover a aquisição de conhecimento, mais especificamente o conhecimento poderoso.

[...] minha resposta à pergunta “Para que servem as escolas?” é que elas capacitam ou podem capacitar jovens a adquirir o conhecimento que, para a maioria deles, não pode ser adquirido em casa ou em sua comunidade, e para adultos, em seus locais de trabalho (YOUNG, 2007, p.1294).

A escola, nessa perspectiva, é um espaço no qual crianças, jovens e mesmo adultos podem adquirir um conhecimento diferente daquele que já tiveram ou que terão no espaço privado da família, na comunidade, no trabalho e em outros espaços (diferenciação entre conhecimento escolar e conhecimento não escolar). “Em outras palavras, para fins educacionais, alguns tipos de conhecimento são mais valiosos que outros, e as diferenças formam a base para a diferenciação entre conhecimento curricular ou escolar e conhecimento não-escolar” (YOUNG, 2007, p 1293,1294).

Enquanto que nos ambientes não escolares os sujeitos vão construindo conhecimentos que, segundo Young, são conhecimentos construídos ou aprendidos a partir de situações específicas, para resolver problemas específicos (conhecimentos dependentes de contexto), na escola os estudantes passam a adquirir conhecimentos independentes de contexto, não diretamente relacionados à solução de problemas específicos e urgentes.

Na escola os alunos tratam o mundo como um objeto de pensamento e não como um espaço onde se dão experiências com o mesmo. Enquanto que no universo fora da escola os estudantes, como filhos, cidadãos, trabalhadores, crianças, enfim, qualquer que seja sua condição, estão vivendo experiências no mundo e sobre o mundo, na escola eles tem a oportunidade de ampliarem seus conhecimentos acerca do mundo, podendo, assim, avançar para além de sua experiência.

O conhecimento poderoso (conhecimento especializado) é defendido por Young por ser o conhecimento mais confiável que temos, já que é resultado de pesquisas desenvolvidas pelas comunidades disciplinares e que pode ser generalizado para outras situações semelhantes. É esse conhecimento que permite aos estudantes ampliar seus conhecimentos acerca de algum aspecto do mundo sobre o qual eles já possuem algum conhecimento, construído principalmente através da experiência cotidiana. “Os estudantes podem conhecer muito sobre a sua própria cidade, por terem crescido nela; porém, a disciplina Geografia lhes ensina um tipo muito diferente de conhecimento sobre cidades” (YOUNG, 2016, p. 29), ou que lhes permite conhecer algo totalmente novo e até então desconhecido para eles.

Às vezes, em geografia como em outras disciplinas, conceitos curriculares não têm um referente no ambiente de vida do aluno. Tais conceitos pertencem apenas a um mundo específico, constituído por pesquisadores especialistas envolvidos em desenvolver conhecimento novo. Bons exemplos são elétrons e átomos em

ciências. Ao mesmo tempo, porque foram estudados e testados por especialistas, o acesso a eles é o modo mais confiável que temos para ampliar a compreensão do estudante (YOUNG, 2011, p. 616).

Através das disciplinas e dos aspectos que cada um aborda os estudantes passam a ter acesso a determinados tipos de poderes como, por exemplo, o poder de abstração e generalização que o estudo das ciências possibilita, ou o poder de compreender melhor através das ciências sociais e humanas como as pessoas e sociedades se comportam. O conhecimento da leitura e escrita permite que eles adquiram o poder de conhecer e entender melhor o mundo, além de poderem, pela leitura e pela escrita, dizerem suas próprias palavras.

O conhecimento poderoso expande o horizonte de pensamento e compreensão dos alunos, permitindo que eles se libertem das circunstâncias a que estão submetidos, vindo, assim, a se libertarem da experiência que os limita, podendo compreender melhor o mundo, interpretá-lo, e atuar sobre ele de uma forma melhor.

É esse conhecimento que permite a continuidade dos estudos para níveis superiores de ensino e para a profissionalização. No ensino superior os estudantes que já tiveram acesso ao conhecimento poderoso na educação básica se especializarão em alguma determinada área de conhecimento e atuação, na qual novamente vão estar em contato com um conhecimento especializado e na sua produção. A formação superior em uma determinada área de conhecimento permite a construção de uma série de conhecimentos teóricos que serão a base para a futura atuação desses profissionais, bem como para a confiança que a sociedade deposita no trabalho deles.

As pessoas que viveram antes da criação da escola, ou aquelas que frequentaram a escola, mas que não tiveram acesso a esse conhecimento poderoso, se constituíram seres humanos limitados a conhecimentos adquiridos pela experiência. Não tiveram o contato com conhecimentos mais confiáveis, mais objetivos, e assim não tiveram a oportunidade de ampliarem seu horizonte de pensamento e compressão, tanto na sua vida pessoal como profissional.

De acordo com essa perspectiva proposta por Young, a razão de existir da escola está no fato de ela oferecer esse conhecimento que não pode ser adquirido em outro lugar e que possibilita a emancipação dos seres humanos. Se a escola se limitar a oferecer aquilo que os alunos já sabem, ou em buscar outros objetivos que não seja o desenvolvimento intelectual dos estudantes por meio do conhecimento poderoso, ela não está cumprindo com seu propósito.

A partir da defesa por uma escola que ofereça o conhecimento poderoso, Michael Young tem levantado uma série de questões relacionadas a como as escolas podem ter sucesso em capacitar os estudantes a adquirir conhecimento poderoso, principalmente no que se refere ao currículo, na distinção entre o que é específico do currículo e o que cabe a pedagogia ou o trabalho do professor, na defesa pelas disciplinas e numa escola que seja igual para todas.

Para que uma escola tenha sucesso em capacitar seus alunos a adquirir conhecimento poderoso ela precisa contar, segundo Young, com um currículo baseado nesse conhecimento poderoso. Apesar de Young afirmar que a qualidade da educação envolve uma série de fatores, dentre eles professores qualificados, o currículo é um recurso muito importante, visto que no currículo estão expressas as intenções que a sociedade ou determinado país tem para com a educação. “O currículo é um recurso para guiar os objetivos do professor, da escola e do país – o que é valorizado como essencial para todos os estudantes terem acesso” (YOUNG, 2016, p.34).

Se a escola é compreendida como um espaço que esteja a serviço das demandas do mercado, se preocupando mais com a profissionalização do que com a formação de cidadãos, o currículo, conseqüentemente, vai favorecer a aquisição de determinadas habilidades ao invés de conhecimentos. Se ela é entendida como um espaço no qual é preciso respeitar os interesses e as experiências que os estudantes trazem do seu cotidiano, com o objetivo de motivar os estudantes para aprender, ou com o objetivo de lhes facilitar o acesso ao conhecimento, ela vai incorporar junto ao seu currículo condições para motivar esses estudantes.

Como defende Young, o papel do currículo deriva do papel das escolas, e se a especificidade da educação escolar é o desenvolvimento intelectual dos alunos através do conhecimento poderoso, o currículo precisa estar baseado nesse conhecimento e ser um guia para as escolas e os professores transmitirem esses conhecimentos.

Quando surgem propostas curriculares centralizadas no aluno, com vistas a motivar e despertar o interesse dos estudantes, por exemplo, não se está fazendo uma devida distinção entre o que é e o que cabe ao currículo e à pedagogia, respectivamente. O currículo “se refere ao conhecimento que um país considera importante que esteja ao alcance de todos os estudantes” e a pedagogia “se refere às atividades dos professores para motivar os alunos e ajudá-los a se engajarem no currículo e torná-lo significativo” (YOUNG, 2011, p. 612). Ou seja, o currículo precisa definir apenas o que precisa ser ensinado e a pedagogia se refere ao como ensinar.

Currículo e pedagogia, sugiro, precisam ser vistos como conceitualmente distintos. Referem-se às responsabilidades distintas de formuladores de currículo e de professores, e cada um depende do outro. Enquanto os professores não podem, eles próprios, criar um currículo, mas precisam dele para guiá-los no que devem ensinar, os formuladores de currículos apenas podem estipular os conceitos importantes aos quais os alunos precisam ter acesso. Os formuladores de currículo contam com os professores para motivar os estudantes e transformar esses conceitos em uma realidade para os alunos (YOUNG, 2011, p. 612-613).

Assim, é papel do professor fazer a recontextualização do currículo para seus alunos. O currículo não pode definir maneiras mais adequadas para motivar os alunos, porque ele não sabe das condições dos estudantes e do que eles precisam para aprender, mas o professor conhece seus os alunos e, portanto, possui condições para desenvolver ações que os ajudarão a se envolverem com esses conhecimentos.

Young não nega a importância da experiência que os alunos trazem para a escola, por que é através dos conhecimentos que os alunos trazem para a escola, dos seus interesses, por exemplo, que o professor vai desenvolver suas ações. Porém o trabalho do professor precisa ser o de levar os alunos para além disso, ao invés de somente oferecer aquilo que os estudantes já conhecem ou aquilo que lhes agrada.

Atualmente existe dentro da comunidade educacional um grande debate em torno da questão da interdisciplinaridade e da disciplinaridade. De um lado temos a defesa por um ensino disciplinar, ou seja, baseado nas disciplinas; do outro, temos uma defesa por um ensino interdisciplinar. Os defensores de um ensino interdisciplinar ou transdisciplinar alegam que a melhor forma de transmitirmos conhecimento é através de temas pertinentes ao momento e à necessidade dos estudantes, no qual é possível relacionar um grande número de disciplinas, com o objetivo de compreender melhor a realidade de uma forma mais contextualizada e na sua totalidade.

Michael Young é um autor que defende um currículo e um ensino baseados nas disciplinas. Ele argumenta que elas são importantes tanto para os professores quanto para os alunos. Como as disciplinas constituem limites ou fronteiras entre si, justamente por tratarem cada qual de um determinado aspecto do mundo, elas permitem aos professores se especializarem em uma ou em até mais de uma área do conhecimento. Esse conhecimento disciplinar do professor é a base de sua autoridade. A formação do professor em uma determinada área confere a ele certa identidade por fazer parte de uma comunidade de especialistas. Além da formação inicial, esses professores se mantêm ligados aos demais especialistas da área, de várias formas, podendo, assim, estarem sempre atualizados. Quando esteve no Brasil, em entrevista concedida para a Revista Educação e Pesquisa, Young declara:

Considero os limites, as fronteiras, extremamente importantes, principalmente para os professores. Se eu for professor de história ou física na escola, não quero estar completamente isolado, quero ser parte de uma comunidade mais ampla de especialistas em história ou em física, em conexão com as universidades e com os professores da disciplina em nível superior. Mas, se eu estiver ensinando uma disciplina chamada “Meio ambiente” ou “Abastecimento local de água”, não haverá como eu ser parte de uma comunidade de professores e pesquisadores. É muito importante que os professores sejam parte de uma comunidade mais ampla e são os limites entre as disciplinas que vão definir isso. Por isso, os limites são tão importantes para os professores (GALIAN E LOUZANO, 2014, p. 1118).

As disciplinas são também importantes para os alunos, pois através delas eles também estão de certa forma entrando nessas comunidades de especialistas, conhecendo seus métodos, seu objeto de estudo e construindo identidades. É através das disciplinas que os próprios alunos poderão perceber se avançaram em relação à construção de conhecimentos ou não.

Além disso, as disciplinas são a melhor forma de adquirir o conhecimento poderoso porque elas partem de conceitos. Na mesma entrevista mencionada acima, ao ser perguntado se acreditava que não se deveria trabalhar de forma interdisciplinar, Young

disse que os estudantes precisam ter primeiramente o contato com as disciplinas e seus conceitos. Por exemplo, indicou ele, não adianta de nada os estudantes estarem trabalhando com o tema do aquecimento global e das mudanças climáticas se antes eles não compreenderam o conceito de clima.

[...] existe um grande interesse em ensinar tópicos relevantes da atualidade, como aquecimento global e mudança climática, mas querem ensinar a crianças que ainda não sabem o que é o clima! É preciso ter um conceito razoavelmente claro do que seja o clima antes de poder aprender qualquer coisa sobre aquecimento global e mudança climática. O que pode acabar acontecendo é que, sem esses conceitos, o currículo se transforme em um bate-papo como o que se tem em casa; e não se precisa da escola para isso (GALIAN E LOUZANO, 2014, p. 1120).

Quando se assume um ensino interdisciplinar ou integrado podemos correr o risco de os alunos não compreenderem ou não verem sentido na integração proposta pelo professor e não serem capazes de fazerem as conexões ou verem um sentido do todo que tanto se espera no ensino interdisciplinar. A interdisciplinaridade, na concepção de Young, não deveria se dar forçadamente, mas sim nascer de uma necessidade que os próprios alunos forem capazes de desenvolver, ao perceberem a limitação de uma determinada disciplina para compreender algum problema ou assunto.

O acesso à educação escolar e ao conhecimento poderoso é para Young um direito de todos. Os estudantes quando chegam à escola vêm carregados de diferenças entre si, diferenças de ordem econômica e social, étnica, de gênero, de relações sociais, de experiências de vida, de contato com o conhecimento, etc.

Ao contrário do mundo que está para além dos seus muros, a escola, baseada em princípios democráticos, como a igualdade e a justiça social, precisa ser um espaço onde todos são considerados iguais e, conseqüentemente, com direito a terem o acesso aos mesmos conhecimentos. Diferentemente do que foi a escola há tempos atrás, num momento histórico onde quem tinha acesso a uma educação mais intelectual eram os filhos de pais ricos, hoje ela precisa ser uma só para todos e de todos.

Se a escola oferecer os mesmos conhecimentos a todos os alunos de um país, por exemplo, independentemente da escola que eles frequentem, da classe social da qual fazem parte, da cor de pele, dos olhos, etc., os alunos mais desfavorecidos terão tido a oportunidade de construir conhecimentos que lhes permitirão, ao voltarem para o mundo, estar em condições mais iguais com os demais e em condições de êxito também mais próximas.

Para Young, apesar de não podermos desconsiderar que a escola e o currículo, por estarem situados em sociedades capitalistas, acabam por reproduzir a classe social e outras desigualdades, como ele afirmava quando defendia a concepção de conhecimentos dos poderosos, essa instituição também pode e deve representar, e isso vai depender do currículo, “os objetivos universalistas de tratar todos os alunos igualmente e não apenas

como membros de classes sociais diferentes, grupos étnicos diferentes ou como meninos ou meninas” (YOUNG, 2011, p. 620).

Ou seja, as escolas precisam assumir esses objetivos universalistas, em que todos os alunos são tratados igualmente e têm acesso aos mesmos conhecimentos. Não é justo que determinados estudantes tenham acesso a certos conhecimentos enquanto outros fiquem excluídos desse direito e do poder a que esses conhecimentos lhe dão acesso.

Conclusão

O estudo mais aprofundado das ideias de Michael Young nos possibilitou entender que a escola precisa ser um espaço destinado para a aquisição de conhecimento, visto que sua razão de ser está justamente no conhecimento que só ela é capaz de oferecer, o conhecimento poderoso ou o conhecimento especializado, que permite aos estudantes terem acesso a um conhecimento mais teórico, objetivo e confiável. O autor defende a importância do currículo, das disciplinas e do trabalho dos professores como meios para que a escola possa de fato promover o desenvolvimento intelectual dos estudantes.

Apesar de como afirma Young, e como pode muito bem ser percebido, as políticas educacionais, a comunidade pedagógica e os professores apresentarem muitas vezes uma postura de descrença no papel do conhecimento na educação escolar, que se reflete nas propostas curriculares, nas práticas pedagógicas que privilegiam ou dão mais importância a uma educação mais próxima do que seja a vida e o interesse dos estudantes, a escola não pode negligenciar sua função específica vinculada ao conhecimento.

Referências

SAVATER, Fernando. *O valor de educar*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

YOUNG, Michael. Para que servem as escolas? *Educação e Sociedade*. Campinas, vol. 28, n. 101, p. 1287-1302, set./dez. 2007.

Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v28n101/a0228101.pdf>

_____. O futuro da educação em uma sociedade do conhecimento: o argumento radical em defesa de um currículo centrado em disciplinas. *Revista Brasileira de Educação*, v. 16, n. 48, p. 609-623, set./dez. 2011.

Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n48/v16n48a05.pdf>

_____. Por que o conhecimento é importante para as escolas do século XXI?. *Cadernos de Pesquisa*, v. 46, n. 159, p. 18-37, jan./mar. 2016.

Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v46n159/1980-5314-cp-46-159-00018.pdf>